

MARIADITA  
JAGUARIÚNA

**REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS  
URBANOS E RURAIS**

- HABITE-SE
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO
- CAR - CCIR - INCRA

(19) 99215-4852

(19) 99184-6967

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!



# COMO FICA A CONTA CONJUNTA NO INVENTÁRIO?

A conta conjunta é um instrumento bancário bastante utilizado por casais, familiares e sócios para facilitar a administração financeira. Contudo, quando ocorre o falecimento de um dos titulares, surgem dúvidas importantes: a conta é bloqueada? O saldo pertence automaticamente ao outro correntista? É necessário incluir os valores no inventário?

A resposta depende, principalmente, da modalidade da conta conjunta e da origem dos recursos nela depositados.

Em primeiro lugar, é importante diferenciar as duas espécies de conta conjunta. Na modalidade solidária, qualquer um dos titulares pode movimentar integralmente os valores existentes na conta, independentemente da autorização do outro. Já na modalidade não solidária, a movimentação exige a assinatura ou autorização conjunta dos correntistas.

Entretanto, essa liberdade de movimentação existente durante a vida dos titulares não altera a propriedade dos recursos. Em outras palavras, o fato de uma pessoa possuir acesso integral à conta não significa que todo o dinheiro lhe pertença.

Com o falecimento de um dos correntistas, a instituição financeira normalmente é comunicada do óbito e pode restringir a movimentação da parcela pertencente ao falecido até que a sucessão seja regularizada. Essa medida tem como finalidade preservar os direitos dos herdeiros e evitar a retirada indevida de valores que integram a herança.

É justamente nesse momento que o inventário assume papel fundamental. O saldo existente na conta deverá ser analisado para identificar qual parcela efetivamente pertence ao falecido. Esse montante integrará o espólio e será partilhado entre os herdeiros de acordo com as regras sucessórias aplicáveis.

Imagine, por exemplo, um casal casado sob o regime da comunhão parcial de bens que mantém uma conta conjunta contendo R\$ 300.000,00 provenientes de patrimônio comum do casal. Em regra, R\$ 150.000,00 correspondem

à meação do cônjuge sobrevivente e não integram a herança. Os outros R\$ 150.000,00 pertencentes ao falecido formarão o monte hereditário e serão distribuídos aos herdeiros conforme determina a legislação.

Por outro lado, se os valores depositados forem comprovadamente de propriedade exclusiva do sobrevivente, como recursos oriundos de bens particulares, herança ou doação recebida exclusivamente por ele, esses valores não devem integrar o patrimônio do falecido apenas porque estavam depositados em uma conta conjunta.

Da mesma forma, se todo o saldo decorrer exclusivamente de rendimentos do falecido, a simples existência de outro titular na conta não transforma automaticamente esse patrimônio em bem pertencente aos dois.

Por isso, a análise da origem dos recursos é tão importante quanto a própria modalidade da conta bancária. Extratos, comprovantes de rendimentos, declarações de imposto de renda e demais documentos financeiros frequentemente são utilizados para demonstrar a titularidade efetiva dos valores.

Em síntese, a conta conjunta não elimina o inventário, não substitui o planejamento sucessório e tampouco transfere automaticamente todo o saldo ao correntista sobrevivente. Cada situação deve ser analisada individualmente, considerando o regime de bens do casal, a origem dos recursos e as regras do Direito das Sucessões.

Um planejamento patrimonial bem estruturado evita conflitos entre familiares, proporciona maior segurança jurídica e permite que a sucessão ocorra de forma mais rápida, transparente e menos onerosa para todos os envolvidos.

**Dr. Caius Godoy, Advogado e Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna, e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br**

# Combate ao Greening: veja normas para enfrentamento à doença que ameaça a citricultura



A Defesa Agropecuária adota regras para a produção das mudas cítricas. Estas normas passaram por alterações ao longo do tempo, de forma a se adequar às evoluções necessárias, tanto fitossanitárias, quanto de ordem operacional e produtiva.

Cada muda irregular retirada de circulação representa um risco a menos para a citricultura paulista. O greening não tem cura, por isso, garantir que as mudas tenham origem certificada é proteger a produção.

Dentre as normas para a produção de mudas cítricas no estado de São Paulo estão a necessidade de o viveiro ser telado à prova de insetos vetores, sistemas de desinfecção de calçados e ferramentas, a origem da genética, já que toda borbulha utilizada na enxertia deve ter, obrigatoriamente, origem de uma planta matriz ou borbulheira cadastrada e fiscalizada pela Defesa Agropecuária, a comprovação por laudo de que os lotes estão livres de doenças como Phytophthora e Nematóides, entre outras, conforme estabelece a Portaria Defesa 14 de 2023.

A Defesa Agropecuária informa que a venda ambulante deste tipo de material (mudas de cítricas, sejam limões, limas, tangerinas e laranjas) é proibida.

O comércio/comerciante deve ser cadastrado e emitir certificados fitossanitários na venda de mudas, garantindo que as plantas sejam sadias. É importante que a população saiba que uma planta infectada, por exemplo, com HLB/Greening em seu quintal, pode contaminar pomares comerciais que estão a quilômetros de distância.

As exigências integram o conjunto de ações adotadas pelo Governo de São Paulo para o enfrentamento ao Greening, doença que ameaça a citricultura em todo o mundo.

Novas diretrizes  
No último dia 6 de julho, foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), a Portaria Defesa

nº 46 de 2026 que regulamenta a Resolução SAA nº 32/2026 e que dispõe sobre a classificação dos municípios paulistas quanto à incidência do HLB/Greening. A partir de agora, municípios paulistas passam a ser classificados como localidades de baixa ou alta incidência, considerando dados consolidados dos relatórios semestrais e levantamentos fitossanitários realizados pela Defesa Agropecuária.

De acordo com a Portaria, para a classificação dos municípios nas faixas de incidência, serão considerados no mínimo 10% das propriedades cadastradas com área cultivada de citros ou, alternativamente, através de levantamento amostral conduzido pela Defesa Agropecuária.

Confira a publicação na íntegra em <https://doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-de-agricultura-e-abastecimento/portaria-defesa-agropecuaria-46-de-03-de-julho>

Ainda de acordo com a publicação, a classificação será revista anualmente, no mês de maio, com base nos dados do ano anterior.

“A medida tem como objetivo incentivar os municípios nos quais a citricultura tem impacto econômico a intensificarem junto a produtores suas ações de controle e, sobretudo, de erradicação de plantas doentes em suas áreas de produção”, destaca Alexandre Paloschi, chefe do Departamento de Defesa Sanitária Vegetal.

Com isso, a erradicação de plantas doentes passa a ser definida de forma diferente para cada uma das áreas. Produtores que possuem árvores adultas doentes e que tenham áreas de produção em municípios com alta incidência não necessitam mais realizar a erradicação compulsória. Nestes locais, a eliminação passa a ser exigida apenas para plantas novas, de até três anos. Já nos municípios de baixa incidência, a erradicação permanece obrigatória para todas as idades.

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



SEGURO RURAL

O projeto de lei que institui um novo marco legal para o Seguro Rural ganhou prioridade no Senado Federal. O Plenário aprovou o regime de urgência para a proposta, acelerando sua tramitação. A expectativa é de que o texto seja votado na primeira semana de agosto, após o recesso parlamentar. A matéria figura entre as principais prioridades da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) neste ano.

PREÇOS MÍNIMOS

O governo federal publicou no Diário Oficial da União a portaria que atualiza os preços mínimos dos produtos de verão e regionais referentes às safras 2026/27 e 2027. Definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), os novos valores servirão de referência para as operações da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), mecanismo destinado a assegurar remuneração mínima aos produtores rurais. A vigência dos preços varia entre julho de 2026 e junho de 2028, conforme a cultura.

EL NIÑO

Com probabilidade estimada entre 97% e 99% de permanência do fenômeno El Niño até o início de 2027, sete unidades da Embrapa divulgaram uma nota técnica com orientações para reduzir os riscos à agropecuária na Região Sul.

O documento reúne recomendações para minimizar prejuízos provocados por chuvas intensas, maior incidência de doenças nas lavouras e outros impactos previstos para diferentes sistemas de produção.

PARCERIA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Representando o setor produtivo brasileiro, o vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Marcelo Junqueira, participou, no último dia 6, em Washington, de audiência pública promovida pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), no âmbito da investigação conduzida com base na Seção 301.

Durante sua manifestação, destacou a relevância da parceria comercial entre Brasil e Estados Unidos e ressaltou o papel estratégico dos dois países na segurança alimentar global, por meio do fornecimento de alimentos, fibras e energia de forma sustentável.

TRIGO

Os preços do trigo registraram

alta diante da perspectiva de menor oferta global, após o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reduzir a estimativa da safra norte-americana para o menor nível desde 1970/71. No mercado brasileiro, segundo o Cepea, a oferta limitada da safra antiga sustentou as cotações, enquanto a valorização do real frente ao dólar favoreceu as importações e restringiu movimentos mais intensos de alta. Em âmbito global, o USDA revisou para baixo, em 0,01%, a previsão da produção mundial de trigo na safra 2026/27, estimada agora em 819,969 milhões de toneladas.

CEBOLA

A temporada de importação de cebola em 2026 caminha para o encerramento. Dados do Comex Stat mostram que, em junho, cerca de 38 mil toneladas do produto ingressaram no País, volume 70% superior ao registrado no mesmo mês do ano passado, mas 29% inferior ao de maio. Do total importado, 66% tiveram origem na Argentina, 23% nos Países Baixos e 9% no Chile. A Nova Zelândia respondeu pelos 2% restantes.

SOU + AGRO

Entre os dias 31 de julho e 2 de agosto, a Fazenda Maeda, em Itu (SP), sediará a primeira edição do Sou + Agro – Festival do Agronegócio. O evento foi concebido para aproximar o público urbano da realidade do campo, reunindo experiências voltadas à inovação, sustentabilidade, gastronomia e entretenimento.

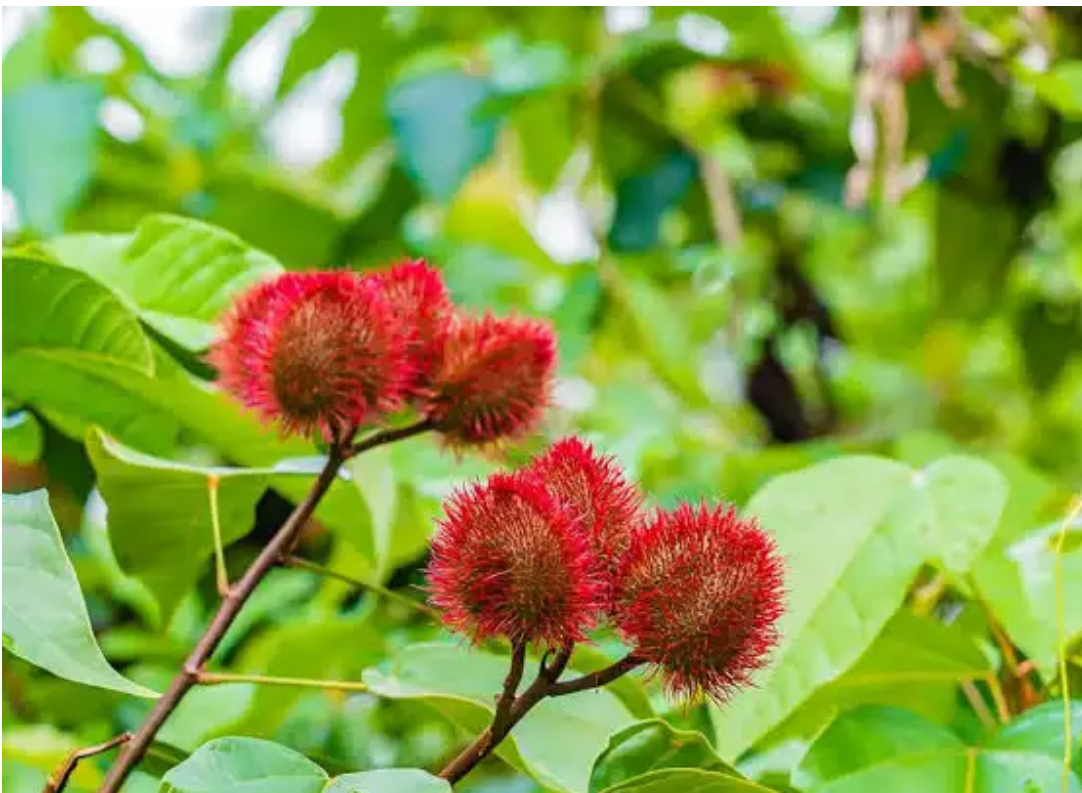
A proposta é evidenciar a presença do agronegócio no cotidiano da população por meio de atividades interativas e educativas.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

O Brasil exportou 38,462 milhões de sacas de 60 quilos de café para 125 países durante o ano-safra 2025/26, encerrado em junho.

O volume representa queda de 15,7% em relação ao ciclo anterior. A receita cambial somou US\$ 14,595 bilhões, recuo de 1%, mas ainda corresponde ao segundo maior resultado da série histórica, atrás apenas do registrado em 2024/25. Os números constam do relatório estatístico mensal divulgado pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). (Com informações de assessoria e IA)  
Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

Colorau além do tempero: conheça a planta brasileira mais usada pela indústria para dar cor aos alimentos



Você provavelmente já usou colorau para temperar um frango ou dar mais cor ao arroz. Mas o que pouca gente sabe é que o ingrediente presente na cozinha brasileira tem origem em uma planta nativa da Amazônia que está presente em muito mais produtos do que se imagina: o urucum.

Matéria-prima do colorífico, nome técnico do condimento conhecido como colorau, o urucum fornece um pigmento vermelho chamado bixina, o corante natural mais utilizado pela indústria de alimentos. Queijos, salsichas, linguças, balas, doces, sorvetes, bebidas e diversos outros produtos recebem a coloração característica graças às sementes dessa planta. Fora da alimentação, a bixina também é utilizada na fabricação de vernizes, batons, blushes e em outras aplicações industriais.

Embora seja uma espécie nativa da região Amazônica, o urucum se adaptou muito bem às condições paulistas. Hoje, SP é o maior produtor nacional, e o Brasil ocupa a liderança mundial na produção da cultura. A principal região produtora paulista está na Nova Alta Paulista, abrangendo municípios entre Tupã e Panorama, com destaque para São João do Pau D'Alho, Monte Castelo, Tupi Paulista e Irapuru, onde a cultura movimenta a economia agrícola local.

Com o início da safra principal, entre os meses de junho e agosto, o produtor rural recebe atualmente entre R\$ 12,50 e R\$ 13,00 por quilo das sementes. Em algumas variedades, como o urucum-anão, ainda é possível colher uma segunda safra entre dezembro e março, dependendo da época de plantio e do manejo da lavoura.

AGRO CARTOON

PICAZO



# Resíduos agrícolas podem se transformar em biochar e baixar custo das lavouras



Pesquisadores da Embrapa Acre realizaram visitas técnicas aos municípios de Acrelândia, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, no Acre, para avaliar o potencial de aproveitamento dos resíduos da cafeicultura. A iniciativa busca identificar alternativas para o reaproveitamento desses materiais como fonte de nutrientes para o solo, a fim de reduzir a dependência de fertilizantes químicos, especialmente em localidades acreanas, onde os custos logísticos elevam o preço desses insumos.

Thiago Viana, pesquisador da Embrapa Acre, explica que o levantamento inicial dos resíduos foi feito em cinco propriedades.

Os três produtores de Acrelândia utilizam a casca de café na própria lavoura, devido à proximidade entre as unidades de beneficiamento e as áreas de cultivo. Já para os cafeicultores de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, a destinação do resíduo de café tem maior potencial para geração de energia para alimentar os secadores de grãos de café, visto que ainda utilizam lenha para realizar a atividade.

Segundo o pesquisador, o aproveitamento desses coprodutos agrícolas representa uma oportunidade para reduzir custos das lavouras e dar uma destinação mais sustentável aos materiais gerados nas propriedades. “A casca do café pode retornar ao solo e contribuir para o forne-

cimento de nutrientes às plantas, entre outros usos”, explica.

**Biochar como alternativa**  
Viana ainda acrescenta que essa prática pode ser aperfeiçoada. “A casca de café possui elevado teor de potássio e pode ser utilizada de forma mais eficiente como condicionador do solo na forma de biochar (biocarvão), material obtido por meio da carbonização controlada da biomassa em altas temperaturas.

“O biochar, além de reduzir o volume do resíduo, concentra os nutrientes, aumentando a eficiência do produto quando aplicado no solo. É uma tecnologia com potencial para ampliar o aproveitamento de resíduos regionais, como o grão do açaí, a casca de café e da castanha-do-brasil, também conhecida como castanha-do-pará e da castanha-da-amazônia”, ressalta.

Para realizar a transformação desses resíduos em biochar, no entanto, é necessária a aquisição de maquinário adequado e o treinamento dos produtores para o manuseio correto da tecnologia, garantindo a viabilidade econômica e ambiental do processo nas propriedades. “Além disso, todo o processo de desenvolvimento deve possuir um rigor técnico, para atingir uma maior eficiência do processo e do produto”, acrescenta o pesquisador.

## PESQUISA AMPLIA POTENCIAL DE FUNGO CONTRA A PODRIDÃO CINZENTA



Cientistas da Embrapa Meio Ambiente (SP) descobriram que ajustes simples no cultivo do fungo *Clonostachys rosea* aumentam seu potencial no controle biológico da podridão cinzenta, doença que afeta mais de 200 culturas agrícolas.

O microrganismo atua como um “guarda-costas” natural das plantas: combate patógenos, insetos e nematoides. O avanço pode contribuir para o desenvolvimento de biopesticidas mais sustentáveis, ampliando as alternativas de controle biológico na agricultura.

Esses ajustes envolvem duas mudanças no cultivo do fungo: a quantidade de ar e a proporção entre carbono e nitrogênio presentes no meio onde ele se desenvolve. Os pesquisadores observaram que o controle dessas condições aumenta a produção de estruturas reprodutivas e de resistência do microrganismo, que posteriormente podem ser transformadas em produtos para controle biológico.

De acordo com Gabriel Mascarin, a podridão cinzenta, causada pelo fungo *Botrytis cinerea*, está entre as doenças mais problemáticas para a agricultura. Além da quantidade de espécies de plantas afetadas, provoca prejuízos tanto no campo quanto após a colheita.

“A busca por alternativas ao uso intensivo de defensivos químicos inclui o uso de fungos benéficos como o *Clonostachys rosea*, que consegue atacar outros fungos nocivos, estimular mecanismos naturais de defesa das plantas e produzir substâncias capazes de inibir patógenos”, explica o pesquisador.

Segundo Wagner Bettiol, a equipe investigou como a aeração (disponibilidade de ar) no cultivo e a relação entre carbono e nitrogênio poderiam influenciar a produção de dois tipos importantes de estruturas do fungo: os conídios, que funcionam como esporos responsáveis pela reprodução, e os microscleródios, estruturas resistentes capazes de sobreviver em

condições adversas.

“Variamos a entrada de ar e comparamos diferentes composições nutricionais para avaliar a produção de cada tipo de estrutura, além dos compostos metabólitos produzidos pelo fungo durante o crescimento”, complementa Bettiol.

O que a pesquisa descobriu  
Os resultados indicam que a maior disponibilidade de oxigênio aumentou significativamente a produção dessas estruturas, especialmente dos microscleródios.

Os cientistas observaram ainda que a proporção mais alta entre carbono e nitrogênio favoreceu a produção de conídios quando havia boa circulação de ar.

Os microscleródios apareceram apenas em meios com menor proporção de carbono em relação ao nitrogênio e a maior aeração também ampliou a formação dessas estruturas resistentes.

Para Marcia Assalin, a descoberta pode ter aplicação prática importante. Os pesquisadores transformaram as diferentes estruturas produzidas pelo fungo, além dos líquidos resultantes do cultivo, em pequenos grânulos capazes de ser misturados à água e aplicados de forma semelhante a produtos agrícolas convencionais.

Esses materiais foram testados em tomate-cereja exposto ao fungo causador da podridão cinzenta. Todos os preparos fúngicos avaliados reduziram a incidência da doença.

Além disso, análises químicas identificaram compostos conhecidos como sorbicilinoídes entre as principais substâncias produzidas pelo fungo durante a fermentação. Esses compostos naturais possuem ação antifúngica e podem explicar parte da proteção observada nos tomates contra a doença.

# AGNEST FIRMA PARCERIA PARA IMPULSIONAR TESTES DE AGTECHS INTERNACIONAIS NO BRASIL



O AgNest, uma iniciativa focada na experimentação integrada em campo e no avanço da agricultura do futuro, anuncia sua parceria com a Cultivar, uma plataforma global voltada para conectar ecossistemas de agtechs nas Américas com o objetivo de acelerar a inovação no mercado global. A parceria da Cultivar com o AgNest conta com o apoio do The Yield Lab Institute e da BioSTL, organizações reconhecidas mundialmente pelo suporte e desenvolvimento de startups no setor agroalimentar.

A colaboração visa conectar soluções inovadoras desenvolvidas fora do Brasil às realidades da agricultura brasileira, permitindo que startups internacionais testem e validem suas tecnologias em uma fazenda real, sob condições reais de manejo, clima e operação. Por meio dessa parceria, o AgNest posiciona-se como uma plataforma estratégica para validação tecnológica, conectando a inovação à aplicação em condições reais. O modelo permite avaliar as soluções não apenas sob a perspectiva técnica, mas também quanto à viabilidade operacional e alinhamento com as necessidades dos agricultores. Por intermédio da BioSTL, a parceria

conecta a experiência do AgNest no mercado agrícola brasileiro a startups do ecossistema de inovação agrícola de St. Louis, referência mundial no setor, por meio da oferta de espaço físico e de diversas iniciativas desenvolvidas na região.

Nesta etapa, duas startups passam a integrar o ambiente de experimentação do AgNest:

**DeepAgro:** A startup aplica visão computacional e deep learning em tempo real para a detecção de plantas daninhas. Seu sistema proprietário, SprAI, transforma um pulverizador convencional em uma unidade de pulverização seletiva, permitindo uma economia de até 90% de herbicida. Essa tecnologia busca aumentar a eficiência no uso de insumos, reduzir o desperdício e promover um manejo de cultivos mais sustentável.

**Sentinel Ag:** A startup utiliza imagens de satélite e dados agrônômicos para fornecer aos agricultores recomendações precisas sobre o momento, a dosagem e a aplicação de nitrogênio. A plataforma de software da Sentinel apoia decisões ágeis sobre o uso de

nitrogênio, ajustando-se às condições climáticas e ao potencial da cultura para maximizar a lucratividade da propriedade agrícola.

Sobre o AgNest: É um farmlab de 66 hectares localizado em Jaguariúna, São Paulo, em uma das regiões mais importantes e prósperas do agronegócio brasileiro. Sua governança é compartilhada por meio de um Conselho Gestor do qual participam a Embrapa, o Banco do Brasil e a Fapesp/Senar. Ele serve como um ambiente modelo para o desenvolvimento, demonstração e execução de provas de conceito para validar tecnologias, com foco na experimentação integrada em campo. Inserido no Corredor Agro do Estado de São Paulo, destaca-se pela atuação multidisciplinar e pela sólida rede de relacionamento com corporações, startups, universidades e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). [www.agnestfarmlab.com](http://www.agnestfarmlab.com)

Sobre o The Yield Lab Institute O The Yield Lab Institute é uma organização sem fins lucrativos dedicada a capacitar empreendedores para revolucionar os sistemas agroalimentares em nível global. Por meio de inovação aberta, liderança de pensamento e conectivi-

dade do ecossistema, o YLI trabalha com empreendedores, investidores, empresas, instituições de pesquisa e parceiros do setor público para acelerar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias que melhorem a produtividade, a sustentabilidade e a resiliência agrícola. A organização atua como afiliada sem fins lucrativos da rede global The Yield Lab. [www.theyieldlabinstitute.org](http://www.theyieldlabinstitute.org)

Sobre a BioSTL: Há mais de 25 anos, a BioSTL atua como o pilar central do ecossistema de inovação em biociências de St. Louis, reunindo instituições de pesquisa, startups, parceiros da indústria, investidores e colaboradores globais para acelerar o impacto.

A BioSTL impulsiona a inovação na agricultura e na saúde humana por meio de iniciativas de engajamento global; do BioGenerator, seu braço de criação e investimento em startups; e de programas de capacitação para o mercado de trabalho que constroem um pipeline de talentos forte e inclusivo. Juntos, esses esforços posicionam St. Louis como um centro globalmente conectado para o crescimento impulsionado pelas biociências. Saiba mais em: <https://www.biostl.org>

# SEMINÁRIO DEBATE CAFEICULTURA NO ACRE NO DIA 22 DE JULHO



Produtores rurais de municípios do Acre reúnem-se no auditório do Sebrae, em Rio Branco, para debater aspectos técnicos da cafeicultura no estado. O 2º Seminário Estadual de Cafeicultura do Acre: Conexão Café, realizado na próxima quarta-feira, 22 de julho, com início às 7h30, abordará a produção, gestão e mercado dos cafés robustas amazônicos.

A programação contempla aspectos técnicos que vão do plantio à comercialização da cultura, cenário comercial, cooperativismo, implantação de cafezais e avaliação de clo-

nes de robustas amazônicas. Também serão apresentados painéis sobre licenciamento ambiental, crédito rural e uso de agrotóxicos.

“O objetivo éo apresentar uma visão dos dados de produção e das tendências de mercado para a cafeicultura no Brasil e no mundo, apontando os fatores econômicos e os desafios técnicos do setor”, adianta a pesquisadora da Embrapa, Rita de Cassia Milagres Teixeira Vieira.

Na palestra sobre manejo de colheita e pós-colheita de

café, o pesquisador da Embrapa, Enrique Alves, detalhará os parâmetros de qualidade dos cafés robustas amazônicos.

“Serão apresentados os perfis sensoriais desses cafés e sua correlação com a genética dos clones, o ambiente e o processamento.

Também trataremos da Roda de Sabores para cafés canéforas e a questão da fermentação: o efeito da microbiota sobre as características sensoriais do café, oferecendo um panorama técnico sobre colheita, pós-colheita e qualidade na Região Amazônica”, explica.

O cooperativismo também está na pauta do evento, com a participação do cafeicultor Jonas Lima, da Coopercafé, que abordará a atuação das cooperativas no fortalecimento da cadeia produtiva local.

O seminário é realizado em conjunto pelo Sebrae/AC, Embrapa, Senar Acre, Fórum Empresarial da Inovação e Tecnologia do Acre e instituições do setor tecnológico local. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas no local do evento.